

ETNOARQUEOLOGIA INDÍGENA NA COSTA OESTE PARANAENSE

Sabrina de Assis Andrade

briandrade@hotmail.com

Mestre em Antropologia Social | PPGA - UFPR

Fomento: Coordenadorado Patrimônio Cultural
da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.

Resumo: Aproximadamente 1300 Guarani ocupam 13 aldeamentos indígenas entre os municípios de Terra Roxa e Guaíra, oeste paranaense. A situação em boa parte desses aldeamentos é de conflito e precariedade. Sem mínimas condições básicas de saneamento, os indígenas convivem ainda com uma campanha difamatória que os acusa de terem vindo de outras regiões, ou mesmo de não serem mais índios, negando-os assim, o acesso as suas terras tradicionais. Entretanto, a presença indígena nesta região data do período pré-colonial. Porém, desde o século XVI com a colonização espanhola no território do Guairá e a catequização indígena pelos padres Jesuítas, houve os primeiros processos de interferência na cultura indígena local agravados pelos regimes autoritários vividos pelo país: o Estado Novo, entre 1937 e 1945, e a ditadura militar entre 1964 e 1985. Ainda, nos últimos anos esses grupos têm travado um intenso conflito com fazendeiros locais. O Tekoa Nhemboete é um dos aldeamentos da região, formado a aproximadamente 5 anos por um grupo Guarani que se assentou no local onde hoje se encontram as ruínas da Cidade Real do Guairá. A ocupação Guarani nesta área é um processo que demonstra a relação simbólica e de pertencimento que os indígenas estabelecem com este território, compreender esta relação, assim como contribuir para a melhoria das condições básicas de saneamento e qualidade de vida desse grupo é objetivo desta pesquisa.

Palavras-chave: Etnoarqueologia; Guarani; Cidade Real do Guairá.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados de Oliveira (2013) o grupo indígena Guarani é hoje o maior grupo indígena do mundo, e estão espalhados por 5 países (Brasil, Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai) totalizando em torno de 350 mil índios. Desses, aproximadamente 100 mil habitam as margens – esquerda e direita do Rio Paraná (Brasil, Paraguai e Argentina), sendo que somente do lado brasileiro (oeste paranaense) há aproximadamente 5 mil indígenas. E mais precisamente na região dos municípios de Terra Roxa e Guairá – recorte territorial desta pesquisa, existem cerca de 1300 indígenas distribuídos por 13 aldeamentos (Figura 01), boa parte deles com uma situação fundiária de conflito, sobretudo mediante a relação entre indígenas e setores do agronegócio local.

Apesar de o número populacional dos Guarani ser significativo, esse grupo é o que menos conta com territórios demarcados por lei, seja qual for o motivo – os Guarani têm por característica serem povos mais pacíficos e assim “menos exigentes” em relação a seus direitos, ou então, pelo fato de que em sua maioria vivem em territórios do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil onde há as maiores concentrações de grandes propriedades latifundiárias, dificultando assim o acesso à terra, entre outros –, o fato é que, os direitos constitucionais indígenas estão sendo desprezados em detrimento a um coletivo formado principalmente por ruralistas ocupantes do Congresso Nacional que legislam em desacordo aos direitos das minorias étnicas.

Sobre o processo de demarcação de Terras Indígenas nesta região, temos a seguinte situação: foram publicadas no ano de 2009 duas portarias para regularização de TI's em territórios já ocupados, - Tekoa Porã e Tekoa Marangatú, ambas na cidade de Guairá, mais tarde em 2010 houve uma retificação onde foi incluindo o Tekoa Araguaju nesse processo. Na situação foi constituído uma equipe técnica para os estudos pertinentes, porém esses estudos estão parados e nunca foram entregues, há a especulação que devido a ameaças esta equipe parou os trabalhos (Oliveira 2013).

De acordo com APIB (2014), ataques siste-

máticos de regressão e supressão dos direitos indígenas verificam-se nos distintos poderes do Estado e na sociedade. A flexibilização ou mudança na legislação indigenista e ambiental está em curso por meio de Projetos de Lei (PL 1610, PL 227, PL 7735), Emendas constitucionais (PEC 215, PEC 038), Portarias (Portaria 303, Portaria 419), entre outros. Ao mesmo tempo, lideranças e comunidades indígenas que lutam na defesa de seus direitos à terra são criminalizadas vítimas de assassinatos, prisões arbitrárias e ameaças de morte.

Parte dos 13 aldeamentos indígenas Guarani das cidades de Terra Roxa e Guairá vivem em situação precária sem as mínimas condições básicas e de qualidade de vida. Os indígenas estão “sobrevivendo” sem saneamento, sem luz elétrica, sem água potável, as crianças sem acesso à escola, com dificuldade de acesso à documentação, e ainda são obrigados a conviverem com uma campanha difamatória de boa parte do poder público e da sociedade em geral que os acusam de serem paraguaios, de terem vindo de outras regiões, ou mesmo de não serem mais índios, negando-os assim o acesso as suas terras tradicionais (Oliveira 2013). Durante muitos anos, estes grupos têm travado um intenso conflito entre os fazendeiros locais, numa disputa por terras em que, na maior parte dos casos, os indígenas (grupo minoritário), têm levado desvantagens, através de, entre outras, tentativas de despejo de seus acampamentos.

O Tekoa Nhemboete, aldeamento indígena situado no município de Terra Roxa, não foge a essa regra. Formado a aproximadamente 5 anos em local onde se encontram as ruínas da Cidade Real do Guairá, patrimônio tombado pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC) da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná¹ por um grupo de indígenas Guarani vindos da cidade de Guairá.

¹A área onde hoje se encontram os remanescentes arqueológicos de Cidade Real do Guairá foi objeto de tombamento pelo Estado do Paraná em 11 de julho de 2007, com base na Lei Estadual n° 1211 de 1953. Composta de 121 hectares está compreendida na sua totalidade dentro do perímetro da Fazenda Curupaí, município de Terra Roxa, PR e situa-se na foz do rio Piquiri com o rio Paraná, cuja coordenadas geográficas são 24° 01' 59,56" S e 54° 05' 36,09" (2012a).

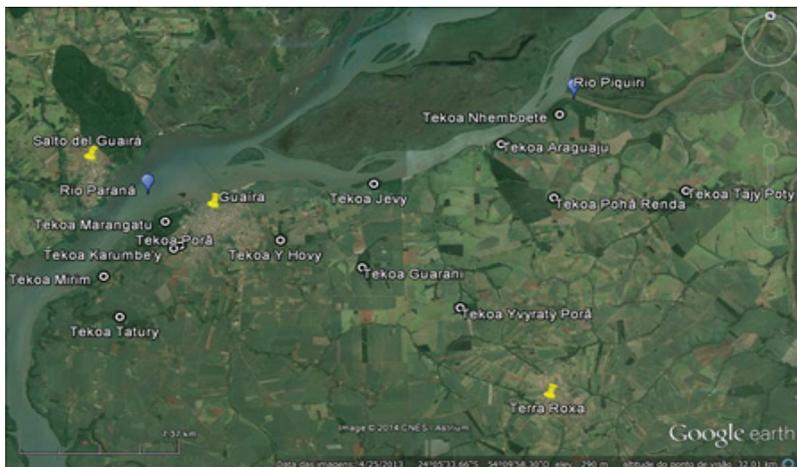


Figura 01: Localização dos aldeamentos Guarani.

A reocupação deste território é um processo que demonstra a relação simbólica e de pertencimento que os indígenas estabelecem com os remanescentes da Cidade Real. Por estar presente em uma área tombada o Tekoa Nhemboete se insere em duas situações distintas: por um lado, como o local é de patrimônio do estado nenhum interesse particular pode retirar os indígenas de lá, e por outro lado, por esse mesmo motivo é necessário que alguns cuidados sejam tomados no sentido de minimização dos impactos na cultura material arqueológica, para tanto, estão sendo realizadas em conjunto com os Guarani levantamentos arqueológicos que servem como orientação para instalações de benfeitorias, objetivando um aumento na qualidade de vida dos indígenas, além da proteção dos remanescentes arqueológicos.

Ressalta-se que este trabalho faz parte do projeto "Levantamento Prospectivo na Área de Tombamento da Cidade Real do Guairá – Terra Roxa – PR", sob coordenação da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.

CIDADE REAL DO GUAIRÁ

Localizado na margem leste do Rio Paraná, na confluência do Rio Piquiri a Cidade Real do Guairá foi fundada em 1556 pelo Capitão Ruy Diaz Melgarejo (Figura 02).

De acordo com Chmyz (1976) e Chmyz et al. (1999) a Cidade Real foi construída sobre antiga aldeia indígena do cacique Guairá, a segunda de três cidades (Comunidade Espanhola de Ontiveros, Comunidade Espanhola Cidade Real do Guairá e Comunidade Espanhola de Vila Rica do Espírito Santo). A fundação das comunidades tinha como objetivo colonizar a região situada a leste do Rio Paraná e explorar as riquezas naturais locais, sobretudo pedras e metais preciosos. Esta região chamada Província del Guayrá foi desmembrada da Província do Rio da Prata no final do século XVI.

As edificações (casas, oficinas, olaria, colégio, cemitério, igreja, entre outras) eram feitas pela técnica de taipa de pilão com cobertura de palmeiras ou sapé, sendo que algumas eram cobertas por telhas goivas. Ocupavam áreas retangulares que obedeciam a um traçado predeterminado, formando quarteirões, rodeados por muros de taipa. Os quarteirões

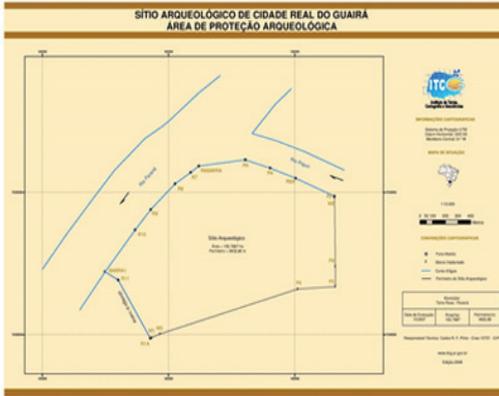


Figura 02 – Área tombada do Sítio Arqueológico de Cidade Real do Guairá. Área de proteção arqueológica. Fonte: ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociência.

eram separados por ruas de traçado regular, medindo 10 ou 15 metros de largura. Ocorriam também espaços livres ou parcialmente murados, provavelmente relacionados a praças (Chmyz et al. 1999).

Somente 74 anos após sua fundação, entre os anos de 1631 e 1632, a cidade foi atacada e arrasada pelos bandeirantes portugueses que tinham como objetivo o “sequestro” dos indígenas que ali se encontravam para que estes servissem como escravos em território português.

SOBRE OS GUARANI DA COSTA OESTE PARANAENSE

A presença indígena na região oeste do Estado do Paraná data do período pré-colonial anterior a presença espanhola na região. No século XVI, decorrente dos avanços colonizadores espanhóis no território do Guairá e logo após, quando se deu o processo de catequização indígena pelos padres Jesuítas, houve os primeiros processos de interferência na cultura indígena local. Os padres jesuítas tinham como missão “reduzir” e “civilizar” nos moldes cristãos os indígenas.

Ao longo do século XX o projeto de colonização do oeste do Paraná não reconhece o território tradicional Guarani, uma das ações adotadas neste sentido, foi a criação,

na década de 1920 de 8 reservas indígenas no Mato Grosso do Sul, a intenção era retirar os Guarani do oeste paranaense e levá-los a essas reservas, ou mesmo para o Paraguai ou Argentina resultando assim, em um vazio demográfico que facilitaria o processo de colonização regional (Oliveira 2013).

Na década de 1940 a Criação do Parque Nacional do Iguaçu sobre território Guarani foi causadora da expulsão violenta das famílias indígenas que viviam dentro de seus limites (Packer 2013). Desde então, foi frequente o processo de esbulho de suas terras tradicionais, agravado mais recentemente pelas frentes expansionistas da década de 1970 em diante, sobretudo pela exploração da erva mate.

Na década de 1980 devido a um processo de aumento do potencial hidrelétrico no Estado do Paraná, os Guarani, assim como outros grupos indígenas que historicamente ocupavam a região, foram em sua maior parte reduzidos a uma única comunidade, a Reserva Indígena de Ocoy (Foz do Iguaçu). Com o objetivo de solucionar o impacto causado pela usina a criação da reserva caracteriza o processo arbitrário de “redução” indígena, responsável pela junção de grupos distintos, não considerando as diferenças culturais existentes entre eles.

De acordo com Packer (2013) as violên-

cias praticadas nesse período pelo Estado brasileiro e por agentes privados contra os Guarani que vivem na região, levaram ao não reconhecimento de seus direitos territoriais, o que está na origem da situação extremamente precária em que suas comunidades se encontram ainda hoje, sofrendo muitas pressões da sociedade envolvente para se retirarem de seus últimos locais de ocupação.

Desde então, houve o remanejamento de diversos grupos indígenas, e mais recentemente a um movimento de retomada desses territórios culminando na formação de novos aldeamentos sobre toda a costa oeste paranaense. Um desses é o Tekoa Nhemboete - nome indígena dado ao território ocupado por um grupo Guarani na área tombada onde se encontram os remanescentes arqueológicos da Cidade Real do Guairá. Devido a necessidade de minimização dos impactos que esta ocupação pode vir a causar nos vestígios arqueológicos locais, e a implantação de benfeitorias para o aumento da qualidade de vida deste grupo, iniciou-se um programa de levantamento etnoarqueológico objetivando a construção de sanitários, caixa d'água e local adequado para o cultivo de uma roça. Ressalta-se que todo esse processo aconteceu em parceria com os Guarani.

O TEKOA NHEMBOETE

Os Guarani do Tekoa Nhemboete se reconhecem como um grupo "Guarani puro", ou seja, eles não se reconhecem como Ava Guarani, como são comumente chamados. Segundo o cacique Libório, Ava seria o mesmo que Kuimbae ou homem. Ao que parece são distintas grafias para uma mesma semântica, desta forma *Ava* e *Kuimbae* seria um termo genérico que identifica qualquer homem Guarani, envolvendo aí os diversos grupos Guarani (Mbya, Kaiowa, Nhandeva), se diferenciando do homem branco aos quais eles chamam de *Karai*².

²Enquanto os Guarani da costa oeste paranaense denominam o homem branco de *Karai*, os Mbya Guarani da costa leste paranaense usam este mesmo termo *Karai* para designar os corriqueiramente conhecidos por pajé.

Estas diferenças entre grafia e semântica se dão, devido à inexistência de um dicionário padrão para as línguas indígenas brasileiras, as quais são suscetíveis de mudanças no tempo e no espaço, sendo flutuantes ainda de acordo com cada etnia (Andrade 2013).

Segundo os próprios Guarani a ocupação recente deste território se deu mediante a um processo de ressignificação local, comum entre grupos indígenas que se identificam com lugares onde há vestígios de seus ancestrais.

"Nessas ruínas moravam tudo os Guarani, antes do homem branco, a muito tempo os Guarani já moravam aí". Esta fala feita pela indígena Guarani Ilda (informante desta pesquisa) do Tekoa Nhemboete, demonstra como se dá a relação estabelecida entre os Guarani e as ruínas da Cidade Real do Guairá.

Questionado se de fato a Cidade Real possui algum valor simbólico para este grupo, o cacique Libório (informante desta pesquisa) disse: "para nós significa, por isso agora é o Tekoa Nhemboete, significa que tem que adorar outra vez este" (mostrando um fragmento de cerâmica pintada que estava em sua mão, o qual ele reconhece como *Cambuchi*),

porque Nhemboete significa que uma cidade antiga que já existe a mais de mil anos. Porque na Bíblia mesmo tem também Cidade Real, porque Cidade Real é lá no céu né, e por isso que Cidade Real foi o homem branco que chamou e nós chamamos Nhemboete. Nhemboete seria sagrado.

Em abril de 2013 época que se deu a primeira etapa de campo a comunidade foi representada pela Guarani Ilda e pelo *xãmoi* (rezador) Onorino³. Ilda justificou a ausência de seu marido (cacique Libório) porta voz da comunidade que na ocasião estava participando de uma reunião junto com demais lideranças indígenas no Rio Grande do Sul. Primeiramente, Ilda nos levou até um marco demarcatório da área tombada como patrimônio histórico

³No momento o Guarani Onorino não se reconhecia como rezador pelo fato de ele não estar exercendo esta atividade uma vez que a comunidade, no momento, não consta com uma casa de reza.

do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá. Depois fomos conhecer uma área onde os Guarani usam como escola (Foto 01).

De volta à casa de Ilda, ela nos trouxe uma sacola com alguns fragmentos de cerâmica tradicional Guarani coletadas nas imediações do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá, “é vasilha de cerâmica... por essa parte é tudo cheio” (Foto 02).

Percorremos também o caminho que dá acesso às casas do acampamento, com o objetivo de coletarmos informações sobre a quantidade de moradores, assim como um melhor conhecimento da área, já prevendo as futuras etapas de campo.



Foto 01 – Local utilizado como escola pelos Guarani, Tekoa Nhemboete.

Na data, o Tekoa Nhemboete era formado por 17 indígenas, distribuídos em 07 casas, sendo que 01 estava vazia (Figura 03).

CASA 01 – João Benites e sua filha Griselda;
CASA 02 – o casal Elieser Garcia e Liane Garcia;

CASA 03 – a família do cacique Libório e de sua esposa Ilda e mais seus seis filhos, Kátia, Marcelo, Miriam, Radi, Evelin e Diogo;

CASA 04 – *xãmoi* Onorino Garcia e sua esposa Regina Garcia;

CASA 05 – o adolescente Virgínio Garcia Velasques, 18 anos;

CASA 06 – o casal Marco e Helida;

CASA 07 - casa vazia.



Foto 02 – Fragmentos cerâmicos coletados nas imediações do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá.



Figura 03 – Distribuição das casas no Tekoa Nhemboete.

Além das casas, Ilda nos levou para conhecer um local que devido à densidade da mata, preserva as estruturas de parte das ruínas⁴ da Cidade Real do Guairá e uma grande quantidade de telhas goiva (Foto 03).

Ilda relatou a necessidade de se construir uma casa de reza na comunidade a qual deve seguir alguns cuidados especiais, entre eles, a escolha dos materiais adequados para a construção, como é o caso do uso do sapê⁵ como telhado. Para Ilda a inexistência de uma casa de reza no Tekoa Nhemboete se dá pelo fato de não haver sapê nas imediações do acampamento:

ainda não tem, porque aqui não tem o sapê pra fazer a casa de reza... tem que pedir pra Funai ajudar pra trazer. Usamos o sapê porque dura mais e porque é sagrado também, porque antigamente já fazia a casa de reza dele e também é mais fresco e quando tem granizo não tem perigo.

Na segunda etapa de campo (setembro de 2013) o cacique Libório falou sobre as ruínas da Cidade Real em especial o local onde há a concentração de telhas goiva: “Antigamente tinha uma igreja aqui, homem branco derrubou e levou pra Guaíra, aqui tem o teto dela. A igreja foi a primeira união Guarani e branco”. Questionado sobre o porquê os Guarani dizem que aquele local abrigava uma antiga Igreja, Libório respondeu:

“é porque ali tem enterrado este aqui” [mostrando um fragmento de telha em suas mãos], “este aqui só tem ali. Ali também tinha um coqueiro, só que derrubaram aquele coqueiro, e por isso que até agora meu coração está batendo forte por isso né, porque o coqueiro, era antigo, plantava na frente da Igreja. Antigamente também tinha a manga, plantada perto da Igreja” [se referindo a

⁴As ruínas de Cidade Real do Guairá “está hoje reduzida a uma série de muros de terra, “monchões” como os denominam os habitantes do lugar. Esses muros ou taludes têm altura variável de 1 a 1,5m. e excepcionalmente 2m. Na base chegam a atingir 2m. de largura. Tudo parece indicar que as paredes das habitações eram construídas com estruturas de madeira, talvez galhos trançados, preenchidas com barro (Chmyz 1976: 11).

⁵Sapê: gramínea cujo caule é secado e utilizado para construir o telhado da casa de reza tradicional indígena.



Foto 03 – Fragmentos de telhas goiva no sítio arqueológico de Cidade Real do Guairá.

um local anteriormente visitado]. “São oito pés de manga, pra turma descansa de baixo, era uma parte da Igreja. E pros Guarani significa um lugar para recordar. Só que daí veio o trator e derrubou e deixou enterrado ali com essas cerâmicas, nós cavocamos e achamos” [a cerâmica].

Libório levantou e foi buscar em sua casa algo que queria nos mostrar, uma vasilha cerâmica praticamente inteira o qual ele chamou de *Nhaembé* ou *Olla* que segundo ele servia para fazer comida (Foto 04).



Foto 04 – Recipiente cerâmico incompleto com incisões, encontrado pelo cacique Libório em aflúente do Rio Paraná.

No mesmo local onde Libório encontrou a vasilha há uma canoa em parte soterrada (Fotos 05 e 06), materiais líticos lascados e uma laje submersa com sulcos de afiação (Foto 07 e Figura 04).

Fotos 05 e 06 – Canoa encontrada em afluente do Rio Paraná.local além dos limites da área tombada.



Foto 07 - Laje submersa com sulcos de afiação em afluente do Rio Paraná.



Foto 08 – Armadilha Guarani em Tekoa Nhemboete.

Figura 04 – Imagem com localização do afluente do Rio Paraná (canoa), local onde foram encontrados uma canoa antiga, recipiente cerâmico, materiais líticos lascados e uma laje submersa com sulcos de afiação. A imagem ainda destaca o local onde há uma ruína com concentração de telhas goivas, as habitações Guarani, local onde é feita a captação de água pelos indígenas e uma concentração de cerâmica em local além dos limites da área tombada.



Sobre o processo de confecção da cerâmica o cacique Libório disse que cada um fazia seu desenho, diferenciando a “minha vasilha da sua”, e o feito da cerâmica não era apenas exclusivo da mulher, “se você homem quisesse fazer podia”, relatou, “assim como hoje” - mostrando o jovem Guarani Elieser, sentado ao lado “ele gosta de fazer artesanato, todo dia ele senta e faz artesanato de madeira, eu não, mas eu gosto muito e apoio quem faz. Só que nesta questão” – apontando para um fragmento de telha goiva que tinha colocado sobre a perna (Foto 09), “esta só o homem quem faz”.

É provável que com este discurso e mesmo com o gesto de colocar a telha nas coxas, Libório deveria estar associando a fabricação da telha com a ideia de que essa seria feita nas “coxas dos escravos”, como comumente é pensado. Porém, essa ideia já foi descartada mediante a incoerência do tamanho das telhas ao tamanho que uma pessoa deveria ter para que isso fosse possível, considerando que em média esse tipo de telha tem de 0,45 a 0,80cm:

Para confirmar nossa convicção da inconsistência da assertiva – telhas feitas nas coxas dos escravos – tomamos as medidas das coxas de um homem de 1,80m de altura e verificamos que, usando-a como molde, só seria possível a fabricação de uma minúscula telha de 36cm de comprimento. Sem maiores preocupações com aspectos de anatomia humana, se estabelecemos uma simples regra de três, poderemos verificar que, para fabricar uma telha de 77cm precisaríamos contar com um escravo de 3,85m. de altura (La Pastina Filho 2006: 20).



Foto 09 – Cacique Libório com um fragmento de telha goiva sobre a perna.

Esta ideia relatada na fala de Libório demonstra que algumas questões são transmitidas e ressignificadas através de discursos que veem do mundo exterior, e que devem ser calmamente analisadas para que se tenha a compreensão de até que ponto estes discursos externos estão sendo incorporados no conhecimento tradicional.

Em outro momento o cacique nos acompanhou até uma área próxima aos limites da área tombada onde há uma concentração lito-cerâmica que de acordo com Libório deveria ser uma “fábrica” (Fotos 10 e 11 e Figura 04) “por aqui tudo, tem material, antes era tudo cheio de Guarani por isso que tem cerâmica em tudo aqui. Em Guaíra tinha um cemitério indígena e aqui perto tem outro”.

Libório também falou sobre o antigo costume indígena em sepultar os falecidos dentro de urnas funerárias “era costume né, porque na verdade índio guarani não para em nenhum lugar, se achou um lugar melhor de senterra e leva junto”.

De acordo com o discurso assumido pelos Guarani é possível perceber que de fato a ocupação das ruínas da Cidade Real do Guairá é simbólica e pertence a ancestralidade Guarani.

Outra etapa do projeto foi dedicada a resolver a situação imediata de falta de água potável, banheiro e a liberação de um espaço para o cultivo de uma roça. Para tanto, foram realizadas 48 sondagens arqueológicas em 5 áreas distintas e próximas as casas em área marginal as ruínas de acordo com os levantamentos arqueológicos previamente realizados. Todas essas áreas foram previamente escolhidas pelos indígenas, sendo que as sondagens objetivaram analisar a existência ou não de material arqueológico que pudesse ser impactado com a instalação das benfeitorias. Ressalta-se que todo esse trabalho foi realizado com a colaboração direta dos Guarani que auxiliaram a equipe técnica em todo o processo de execução das sondagens. Diante da execução das sondagens, conclui-se que as áreas analisadas não possuem vestígios arqueológicos, ficando assim, autorizado a instalação das benfeitorias.



Fotos 10 e 11 – Concentração lito-cerâmica em local próximo a área tombada.



Foto 12 – Acesso ao local de captação de água.



Foto 13 – Local de captação de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os relatos históricos e as pesquisas arqueológicas acima apresentadas, o oeste paranaense foi largamente ocupado por populações indígenas desde tempos pré-históricos. De fato, se em algum momento, sobretudo no decorrer da segunda metade do século XX essas populações se tornaram cada vez menos expressivas foi devido as pressões sofridas mediante ao avanço do modelo de colonização adotado.

Porém, a partir do início do século XXI diversos fragmentos de todo esse território têm sido retomado demonstrando a consciência de seus direitos, pois as populações indígenas,

(...) identificam com clareza a extensão de seu território tradicional de ocupação, dentro do qual continuam a se deslocar, segundo redes de troca e de parentesco bastante intrincadas, apesar das inúmeras dificuldades econômicas e sociais que enfrentam diariamente. Os Guarani possuem profunda consciência dos eventos e agentes que os expropriaram de suas terras e de seus meios de subsistência, o que os levou a situação de extrema penúria em que vivem hoje (Packer 2013: 7).

Ao que parece este cenário de descaso com as populações nativas do Brasil deve permanecer por um longo tempo, uma vez que o Congresso Nacional tem sido fortemente influenciado por setores ligados ao agronegócio, entre outras bancadas conservadoras que atrasam as discussões sociais das minorias.

De acordo com dados do IBGE Guaíra e Terra Roxa cultivaram, em 2012, mais de 160 mil hectares de milho e soja, que lhes renderam cerca de R\$ 250 milhões reais, sem falar no boom imobiliário que a região tem passado devido a fertilidade do seu solo. Diante dos bons rendimentos agrícolas locais cresce também o interesse político e econômico pela não demarcação das terras indígenas. Dessa forma, sendo a região oeste do Paraná uma região de forte potencial agrícola é necessário que se tenham discussões maduras para que ambas as bandeiras – indígenas e agropecuárias – não sejam prejudicadas.

Dessa forma, trabalhos de pesquisa que envolvam populações nativas são importantes uma vez que possibilitam a afirmação de identidades destes grupos em relação a sociedade envolvente, isso se dá quando os indígenas percebem que suas histórias de vida e de seus ancestrais são valorizadas como importante no processo de formação e reconhecimento de seus legítimos territórios transformando eles em agentes de sua própria história (Andrade 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Sabrina de Assis. 2013. *Etnoarqueologia Mbya Guarani no Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga) litoral do Estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná.
- APIB – Articulação dos povos indígenas do Brasil. "Carta pública da Apib aos candidatos e candidatas à Presidência da República". Recuperado em 15 de setembro de 2004, de <http://www.brasildefato.com.br/node/29828>
- CHMYZ, Igor. 1976. "Arqueologia e História da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá". *Cadernos de Arqueologia*, 1(1): 7 - 103.
- CHMYZ, Igor; CHMYZ, João; BROCHIER, Laércio. 1999. *Relatório de levantamento dos bens arqueológicos associados às ruínas de Cidade Real del Guayrá*. Curitiba.
- CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. "Nota pública contra as ações anti-indígenas no oeste do Estado do Paraná". Recuperado em 10 de maio de 2013, de <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6797&page=1>.
- GAULIER, Patrícia. "Arqueologia das Missões Jesuítas". Palestra proferida na II Semana de Oficinas em Arqueologia MAE – UFPR. Curitiba, 06 de maio de 2013.
- ITAIPU BINACIONAL. "Comunidades Indígenas". Recuperado em 10 de maio de 2013, de <http://www.itaipu.gov.br/meioambiente/comunidades-indigenas>
- LA PASTINA FILHO, José. 2006. "Eram as telhas feitas nas coxas das escravas?". *Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas* 10: 17 - 21.
- OLIVEIRA, Diogo. 2003. "A questão indígena do oeste do Paraná". Palestra proferida no LEC – Laboratório Multidisciplinar de Educação Continuada, Uniãoeste.
- PACKER, Ian. 2013. *Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946 – 1988): Subsídios para a comissão nacional da verdade*. CTI – Centro e Trabalho Indigenista.
- PONTES FILHO, Almir. 2010. *Informação técnica n° 098-10*. Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
- _____. 2012. *Prospecção arqueológica na área de tombamento do sítio arqueológico Cidade Real do Guairá*. Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
- _____.; MOSCAL, Janaína Santos; DOBERSTEIN, Juliano Martins. 2012. *Informação técnica conjunta n° 001\2012*. Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná e Superintendência do Iphan no Paraná.
- WATSON, Virginia Drew. 2003. "Ciudad Real: um sítio Guarani-Espanhol no alto rio Paraná". *Revista Arqueologia* 16: 139-155.